

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 744.943 - RJ (2015/0170572-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : **H A A DA S**  
**ADVOGADO** : **VITOR HUGO RABELO MACEDO - RJ105931**  
**EMBARGADO** : **A D D**  
**REPR. POR** : **D L D**  
**ADVOGADO** : **DORACI DA SILVA SOBRAL E OUTRO(S) - SP237496**  
**EMBARGADO** : **S J A DA S**  
**ADVOGADO** : **SEBASTIAO JOSE ALVES DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ067854**  
**EMBARGADO** : **R M F A DA S DE M B**  
**ADVOGADO** : **HENRIQUE DE MARTINI BARBOSA - SP242792**  
**EMBARGADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos declaratórios opostos por H A A DA S contra decisão (e-STJ, fls. 468/474) que negou provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a parte embargante afirma, em síntese, que "*omitiu-se a r. decisão embargada sobre a legitimidade do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para recorrer da sentença extintiva, considerando que a parte (Embargada) estava assistida por advogado. A decisão embargada até destacou a matéria como presente no recurso, porém deixou de manifestar-se a respeito dela*" (e-STJ, fl. 483).

A parte embargada apresentou impugnação, e-STJ, fls. 492/503.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Nas razões do recurso especial, o ora embargante sustenta a ilegitimidade do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ao trazer referida tese, o recorrente aponta violação ao artigo 2º da Lei 8.560/92, consoante depreende-se das fls. 317/319. Sobre o

tema, a decisão embargada assim se manifestou:

*"No tocante à alegação de ofensa ao artigo 2º da Lei 8.560/92, faz-se oportuno destacar que, embora se tenha indicado os dispositivos supostamente vulnerados, a parte recorrente, no entanto, não discorreu argumentos jurídicos claros e precisos sobre como o eg. Tribunal a quo teria violado ou interpretado de forma divergente os mencionados dispositivos de lei federal. Nesse cenário, as razões do apelo nobre apresentam meras alegações genéricas de violação da lei federal, o que configura deficiência na fundamentação recursal, atraindo o óbice da Súmula n. 284/STF, aplicada por analogia." (e-STJ, fl. 469)*

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir tema que foi devidamente apreciado, o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do vetusto CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

***"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.***

- 1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.***
- 2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.***
- 3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.***
- 4. A insurgência revela propósito manifestamente protelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.***
- 5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa."***

# *Superior Tribunal de Justiça*

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, sem negrito no original)

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.*

*1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.*

*2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.*

*3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.*

*4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 28.10.2008, sem negrito no original)*

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator